



LIVRO VIRTUAL: LUGAR DE RESISTÊNCIA CIBERNÉTICA

Ana Beatriz Barroso
abeatrizb@gmail.com
Universidade de Brasília

ISSN 2316-6479

Resumo

O artigo apresenta o conceito de livro virtual originário da compreensão das peculiaridades das práticas de escrita e de leitura em vigor no ciberespaço. Este conceito se desdobra na distinção desse tipo de livro em relação a outros, identificados como livro-objetos: o próprio livro impresso e o livro eletrônico. Lugar onde se elaboram pensamentos, conhecimento e cultura, o livro virtual, quando se abre à educação em arte, revela sua potência geo(aero)política no inapreensível fluxo informacional cibernético.


Palavras-chave: livro; virtual; geopolítica; cibercultura

Abstract

The article presents a concept of virtual book that understands the peculiarities of the practice of writing and reading into the cyberspace. This concept unfolds itself distinguishing this type of book in relation to others, identified as book-objects: the actual printed book and also the electronic book. The virtual book is a place to elaborate thoughts, knowledge and culture and, when it opens itself to art education, it reveals its geo(aero)politics potency in the inapprehensible cybernetic information flow.

Key-words: book; virtual; geopolitics; cyberculture

Este texto traz à público algumas questões que vem sendo desenvolvidas em pesquisa acadêmica voltada para a investigação das possibilidades poéticas do livro no ciberespaço, especialmente no campo da educação em artes visuais. Embora todas as espécies de livro nos interessem, pois precisam ser feitos, analisados, lidos e distribuídos a fim de enriquecer as diversas culturas, pensamos que o livro virtual, tal como o entendemos, tem uma meta específica a cumprir: a de implementar uma organização favorável ao livre exercício da escrita e da leitura politizada e politizante no território movediço das comunicações em rede. Dentro e fora desse território há enorme carência por materiais didáticos diversificados no campo do ensino das artes visuais. É preciso suprir tal carência a fim de criar espaços de resistência a uma ordem global que muitas vezes atropela as ordens pessoais e (trans)humanas. Ao propor e produzir livros-lugares acessíveis gratuitamente na internet, esperamos contribuir para o desenvolvimento de



sistemas (orgânicos, pessoais, sociais ou maquinais) mais autônomos e menos dependentes de uma lógica de controle que lhes seja exclusivamente externa ou inconscientemente internalizada.


1. Momentos de virada na história do livro

O livro surge como uma tecnologia de comunicação altamente sofisticada desenvolvida a partir de uma outra: a escrita. Já esta se estabelece, também enquanto meio de comunicação bastante complexo, a partir da oralidade e da necessidade de garantir a precisão e a fixação (que permitem a transmissão para além do tempo e do lugar de origem) da palavra falada. O que vai definir a ideia primeva de livro é a de um suporte onde se organiza (ou se sistematiza) um texto escrito, que é, por sua vez, a gravação (fixação) de um texto falado e/ou de uma abstração.

Na longa e fascinante história da linguagem humana articulada (línguas e falas), a emergência da escrita cria um marco divisório ímpar que divide as águas da nossa percepção coletiva do tempo histórico, que passa a ser um antes da escrita (pré-história) e outro depois de seu advento (história). Na longa e fascinante história da escrita, porém, não se divisa um marco que assinale o surgimento do livro. É como se este já tivesse nascido com aquela. De fato, não podemos pensar na Pedra de Roseta sem os grafismos extremamente codificados que lhe dão valor histórico, do mesmo modo como não conseguiríamos sequer ver, quanto mais ler e decifrar a riqueza desses grafismos, dessa escrita tríplice rosetal, sem a robustez da imensa página isolada que essa pedra representa. Isso porque, embora breves textos escritos e grafismos soltos, em paredes, tumbas, pedras, metais e cerâmicas, tenham existido, o valor histórico da escrita está atrelado ao fato dela estar solidamente organizada em conjuntos ou blocos de sentido devidamente sistematizados. Tal fato se observa claramente tanto entre os inventores da escrita, os povos Sumérios e Acadianos, quanto entre os Egípcios, os Astecas e os Maias.

Se o surgimento do livro não é notório na história da escrita, pois se confunde com ela, na história do livro (e da escrita) faz-se notar três momentos de virada, marcantes por sinalizarem alterações profundas nos hábitos de escrita e de leitura dos povos letrados. Segundo Roger Chartier (2004), pesquisador da história do livro, esses três momentos são assinalados pela passagem do livro de rolo para o códice e, deste, para o livro de suporte numérico.

Se lembrarmos que, antes do rolo, os textos eram escritos em placas de argila, pesadas, volumosas e vulneráveis, percebemos que quando se passou a escrever um conjunto de ideias ou histórias em um suporte macio e fácil de ser



enrolado, como era o papiro e o pergaminho, isso significou maior mobilidade e eficácia à mensagem escrita. O livro, neste primeiro momento, é, assim, uma unidade literária que cabe em um rolo de papiro ou pergaminho escrito em uma só face e dividido em colunas no sentido horizontal.


No segundo momento, o livro é identificado com o códice. O que o caracteriza é a dobra. Quando o pergaminho ou o papiro, suportes do texto escrito, passam a ser dobrados e agrupados em cadernos, que por sua vez são costurados, colados, numerados, postos em um invólucro (a capa) e ganham aspecto de página e de volume, entramos em uma outra fase da história do livro. Esta, nos é bastante familiar. Crescemos nela e nela nos encontramos mergulhados.

Alguns outros princípios de organização, discretos e fundamentais, somaram-se ao recurso revolucionário da dobra e foram paulatinamente configurando o livro como o objeto que é e que bem conhecemos. São elas: a divisão do texto em parágrafos definidos pela unidade temática nele abordada; a divisão dos temas elaborados em unidades maiores, os capítulos; a reunião de um conjunto de capítulos em tomos; a síntese em forma de índice ou sumário das partes principais de um livro em uma estrutura que permite a fácil e rápida localização dos assuntos; a disposição do texto em uma coluna única ou em mais de uma, conforme as exigências do assunto tratado; o uso de ilustrações elucidativas de certas passagens; a disposição da mancha gráfica (manuscrita ou impressa) de modo a deixar margens em relação à borda do papel, espaço esse, marginal, comumente usado para anotações do leitor; os diversos tamanhos e formatos, tipos de papel e cores, definidos segundo as características de cada obra.

O somatório dessas invenções todas, desses pequenos recursos tecnológico-conceituais permitiram que os antigos códices se transformassem e ganhassem o caráter de livro, um objeto quase sempre portátil, de fácil manipulação e com imenso valor cultural. Recordo-me de um excelente professor de literatura que tive no ensino médio que contestava a ideia corriqueira de que o cachorro é o melhor amigo do homem. Afirmava, ao contrário, que, para ele, o melhor amigo do homem era o livro. Essa assertiva nunca me abandonou.

Livros, observou certa vez o escritor Jean Paul [Sartre], são cartas dirigidas a amigos, apenas mais longas. Com esta frase ele explicou, precisamente, de forma graciosa e quintessencial, a natureza e a função do humanismo: a comunicação propiciadora de amizade realizada à distância por meio da escrita. (SLOTERDIJK, 2000, p.7)

Ao longo do livro de Sloterdijk, a própria noção de humanismo é problematizada a partir da dissolução das comunidades letradas em função do excesso mesmo de livros, de escritores e de leitores, da multiplicação das




referências, da relativização dos cânones literários, que se observa depois do advento de outros meios de comunicação, igualmente propiciadores de amizade e de inimizades, e da velocidade alucinante e desordenada de trocas de informação corrente na contemporaneidade. Sem analisar os fatos isoladamente, mas sim levando em consideração inúmeros aspectos contextuais, de ordem política, cultural e econômica, o filósofo Sloterdijk provoca uma reflexão perturbadora a respeito de nossa época, que vê a capacidade de formação humanística do livro se dispersar, se perder ou apenas diluir-se no mar caótico das pulsões desinibidas, ou deseducadas, das multidões de indivíduos desagregados e altamente informados, mas fracamente éticos ou desprovidos de fortes laços de sociabilidade amorosa ou amiga.

Com propósito distinto do observado nessa reflexão filosófica, mas também chamando a atenção para a atualidade do livro, o vídeo Book, disponível gratuitamente na internet, mostra de maneira irônica e bem humorada as qualidades e vantagens desse revolucionário objeto de cultura. O discurso, aqui, faz paródia com a linguagem publicitária típica das apresentações das novas tecnologias computacionais de comunicação. O apresentador do book mostra como esse objeto, aparentemente antigo, comporta uma série de recursos incríveis, de sumo interesse para o usuário (leitor): não precisa de energia elétrica, não precisa ser iniciado, não precisa ser recarregado, basta abri-lo e desfrutar de todo conhecimento que carrega. A comparação desdenhosa é francamente dirigida aos dispositivos eletrônicos de leitura — pads, Kindle, note e netbooks de todo tipo.

A novidade que os livros eletrônicos representam, claro, vão além desse divertido, inteligente e astuto comentário. Ainda assim, o vídeo Book nos faz ponderar sobre o real valor das novas tecnologias de informação e comunicação e sobre o discurso que as vende. Ao desmascarar certas estratégias de persuasão e retórica, critica indiretamente os interesses escusos das indústrias da informática, da política de consumo desvairado que nos circunda e mostra que, a priori, não há exatamente vantagem em se trocar o livro impresso pelo eletrônico.

Não se pensa, porém, em termos de substituição e troca de um pelo outro. A história do livro nos ensina que, contrariamente ao que pensa o senso comum, o livro manuscrito conviveu durante séculos com o livro impresso. Não só por isso, mas também por outras razões, não temos por que acreditar que o livro impresso desaparecerá. Uma dessas razões recai no fato de que a pessoa inteligente, que quer se situar realmente no mundo, no tempo e no espaço, tem necessidade de mergulhar em formas de comunicação mais organizadas, mais redondas e fechadas, por um lado, e mais abertas ao trabalho da imaginação, por outro, como são o livro, o filme, o jornal.



O que a internet tem de interessante, do ponto de vista da entropia, isto é, da troca de informações, é a velocidade, que no ciberespaço corresponde à velocidade da luz.

Um último produto dessa tecno-Natureza é o espaço cibernético, cujo papel é particularmente singular pois uma nova barreira acaba de ser alcançada pela inteligência humana: a barreira da luz. Os sinais se propagam neste novo espaço na velocidade limite permitida pela Natureza — a velocidade da luz. (NICOLESCU, 1999, p.85)


Isso, sim, é notório. Nisso, sim, o espaço-tempo cibernético é imbatível. Porém, no tocante à qualidade, fiabilidade, densidade e mesmo perenidade dos nichos de informação a serem trocados, outros meios ainda cumprem solenemente suas funções e talvez ainda continuem a fazê-lo por muito tempo.

Se não conseguimos imaginar o texto literário em outro lugar que não no livro propriamente dito, no códex, o mesmo não é verdade para outros tipos de texto, como os informativos ou os destinados ao compartilhamento de cultura, noções e saberes, como artigos, verbetes enciclopédicos, tutoriais, receitas etc. Para esses textos, a internet (e afins) já funciona de modo bastante efetivo e eficaz, superando, dada a rapidez de circulação nela corrente, a vulnerabilidade e fragilidade que lhes são características.

2. Distinção

A terceira grande virada na história do livro é marcada pela eletrônica e não pelo advento da imprensa de Gutenberg, como seria de se esperar, já que essa não alterou significativamente a essência do códex. Multiplicou-o, é certo, estimulou o aumento do número de leitores e escritores, provocou a Reforma luterana e com isso mostrou-nos que a leitura é (ou pode ser) uma atividade extremamente criativa. A interpretação de um texto, assim como de uma canção, de uma peça teatral, de um filme etc, constitui-se como momento de inteligência genuína e sensibilização ímpar, geradoras de conhecimento poético, criador.


Quando o texto escrito ganha as páginas luminosas da internet ou do dispositivo numérico de leitura, aí sim, a ideia de dobra — fundamental ao códex — se esvai e outras noções, como as de navegação, hipertextualidade, multimidiatismo e interatividade, ocupam o centro das atenções. O códex aqui se dilui. À dobra sobrepõe-se o clique, o toque, a entrada em outra conexão. O texto escrito eletrônico é tão capaz de nos absorver quanto o texto escrito impresso, contudo, na absorção eletrônica estamos mais dispersos, em trânsito, em fluxo permanente entre um texto e outro, um vídeo e outro, uma curiosidade



e outra. As leituras que exigem mais fôlego ou que, simplesmente, exigem mais concentração ou imersão do leitor, não encontram lugar no espaço-tempo cibernético; permanecem, aí, deslocadas.

Há de se distinguir, porém, o livro eletrônico do texto eletrônico. O primeiro é um conjunto textual ordenado aproximadamente como o é o códex mas que, diferentemente deste, não tem como suporte o papel, mas sim, a superfície luminosa de um computador ou de um tablet. Os exemplos mais nítidos de livros eletrônicos são as versões em arquivo PDF (portable document file) de livros publicados originalmente em edições impressas ou as versões eletrônicas para Kindle (ou afins) desses mesmos livros. O livro eletrônico, em suma, pouco difere do códex, tanto em termos de concepção, quanto de sistematicidade organizacional e de mecanismos de controle autoral e editorial. Apesar de lhe faltar a dobra concreta, o livro eletrônico, na sua versão profissional e comercializável (a que é vendida e comprada para ser lida em tablets), segue sendo o produto de um trabalho de equipe: autor, revisor, diagramador, editor, distribuidor. Há uma indústria, a editorial, por trás (e no controle) de todo o processo. Os territórios, aí, são muito bem marcados, delimitados e cercados. A lógica da propriedade privada impera e, com ela, a da mais valia. A geopolítica que aí reina já nos é famigerada. Não há por que pesquisá-la, pois percebemos nitidamente sua pernicioso trama de interesses e jogos de dominação, conhecemos seus mecanismos de privatização do conhecimento, que cerceia o acesso à riqueza epistemológica da humanidade, posto que em nada diferem dos que aí já se encontram em vigor. Queremos investigar a direção contrária a essa.

Vamos, por isso, em direção ao texto eletrônico, que é toda essa malha textual disponível na rede mundial de computadores. Nela, as fronteiras outrora nítidas entre autor e leitor se confundem. Quem cria o texto, quem dá nó nas partes, quem amarra os fragmentos enciclopédicos encontrados aqui e acolá no mar informacional da grande rede? A escritura e a leitura hipertextual se mesclam. Essa mistura nos interessa por apontar para a figura de um autor que é mais editor que propriamente autor e para a figura de um leitor que é mais autor que propriamente leitor, na medida em que cria o todo do que lê, na medida em que responde pela unidade das partes lidas, na medida em que dá liga, nexos, sentido, ao que originalmente se encontra solto, desconexo ou em estado caótico na internet. Na realidade, na rede há partes ou blocos textuais que se encontram organizados em si, em forma de sites, canais de vídeo, blogs, wikis, twitters e tumblrs, mas a ordenação que importa, a ordenação do sujeito, é a pessoa-leitora quem cria de acordo com suas curiosidades, desejos e vontades de saber.




Eis aí, sim, a grande virada, a terceira revolução na história do livro. A partir da mistura das funções primeiras do autor e do leitor desse texto, outras misturas se deixam observar e o internauta passa a exercer, em diferentes graus, os papéis ordinariamente exercidos pelo editor, pelo diagramador, pelo designer gráfico, pelo difusor, pelo publicador, pelo livreiro etc. É toda uma estrutura de modelo industrial, conforme apontada acima, que se abala. De suas ruínas emergem novos princípios de estruturação, já considerados pós-industriais, pautados na substância mesma da computação e da comunicação em rede. Essa substância, feita de números ordenados em linguagem matemática, tecidos como informação sintética e trocados por meio de interfaces cada vez mais sofisticadas, dentro das quais se misturam signos de natureza simbólica, icônica e indicial, essa substância ganha forma em função de uma lógica de controle de entrada e saída de informação, de inputs e outputs, de codificação e descodificação, estudada na Cibernética.

Aquele que é considerado um dos fundadores dessa ciência, Robert Wiener (1968), discute a noção de aprendizagem a partir da ideia de retroação, a qual indica um movimento causal em círculo, um movimento causal não linear, onde uma parte (X) age sobre outra (Y) cuja ação incide novamente sobre a primeira (X). Esse movimento circular, que se realimenta, produz um tipo de regulação que viabiliza a autonomia de diversos sistemas — máquinas eletrônicas, seres vivos, grupos sociais. Mesmo que não entremos nos pormenores dessa abordagem, podemos pressentir que ela está presente em inúmeros sistemas, computacionais ou não, que operam o que chamamos máquinas inteligentes, no sentido de que aprendem, alteram-se, modificam-se em função do meio, ressentem a retroação, agem e retroagem em conseqüência, não apenas transmitem (linearmente, progressivamente, alienadamente) informação, mas cuidam dela e realimentam-se dela. A Cibernética, ao estudar o tratamento da informação, ensina-nos, justamente, a pensar modos de, nós também, tratarmos das informações.

É com base nessa ideia, fundamental à compreensão do espírito, digamos assim, do ciberespaço, que estivemos pesquisando um caminho para o o texto eletrônico que o aproximasse da ideia de livro, a qual nos é tão cara. Percebemos que se o texto eletrônico quisesse se realizar como livro ele não deveria ser nem tão solto ou aberto quanto o é, atualmente, na internet, nem tão preso ou fechado quanto se encontra, atualmente, no livro eletrônico (e-book). Chegamos, assim, a um meio termo e o designamos livro virtual.

3. O livro virtual

Este livro é mais exatamente um lugar. Podemos ver as outras formas de livro, a impressa e a eletrônica, também como lugares. Basta para isso observarmos o




comportamento dos leitores de qualquer uma dessas formas de livro. As pessoas, quando lêem, costumam ficar tão absortas na leitura que é como se estivessem em outro mundo, em outro lugar. Esse traço do livro, essa capacidade que ele tem de transportar o leitor para uma outra dimensão da realidade, que aqui estamos chamando simplesmente de lugar, talvez seja o que mais nos atraia nele. Esse atrativo desconhece distinções de forma, gênero, época, tamanho, material, cor, e se nos afigura como aquilo mesmo que distingue o objeto livro dos demais objetos e que, ao mesmo tempo, o caracteriza como aquilo que ele é: livro. O livro, qualquer livro, realmente, quando observado de perto, é um lugar.

O livro virtual, porém, é apenas um lugar. Seu caráter objetual inexistente porque ele prescinde de um dispositivo palpável, normalmente feito de papel, que pode ser pego e manuseado. Ele também não precisa diretamente de nenhum dispositivo imaterial, normalmente feito de valores pré-estabelecidos, herdeiros da lógica de editoração de origem industrial. Ele é material, posto ser feito em sua essência invisível de números articulados em linguagem matemática que transportam informações sintéticas na velocidade da luz. Sendo material, sem ser concreto, e sendo apenas um lugar de cruzamentos, encontros e trânsito, ele deixa de ser livro-objeto e passa a ser tão somente livro-lugar.

Como livro-lugar, o livro virtual se caracteriza por ocupar um espaço preciso e delimitado no espaço-tempo cibernético. Nesse sentido, por ter fronteiras e limites, por ter, a rigor, um desenho e seguir um programa específico de comunicação — programa, aqui, no sentido arquitetônico¹ — o (hiper)texto multimidiático que nele se encontra não equivale ao texto eletrônico propriamente dito, que circula livremente na internet, e também não equivale ao texto do livro eletrônico (e-book), que se atém a ser um simulacro digital do livro (e do texto) impresso, “monomídia” e inteiramente fechado, passível de ser vendido e comprado, em perfeita conformidade com os valores da indústria editorial e suas políticas de publicação.

O livro virtual se estabelece como lugar de resistência cibernética em duplo sentido. Embora ele tome existência no ciberespaço, ele não coaduna inteiramente com a lógica comunicacional que aí impera, a cibernética. Para que ele fosse cibernético era preciso que ele fosse auto-regulado, que contasse com um sistema autônomo de retroalimentação, capaz de lhe garantir plena autonomia. Um bom exemplo de livro dessa natureza, realmente cibernético, é a Wikipédia. Nela as coisas se resolvem por si, as pessoas livremente a alimentam

1 “É, na verdade, impressionante que um programa tão simples como o da igreja — nave, altar e sacristia — tenha comportado, através dos tempos, tamanha variedade de soluções [...]” (COSTA, 2011, p.80)



(e se alimentam) com informação organizada de modo enciclopédico. Ela é um livro-lugar cibernético, pois comporta um programa comunicacional específico (e arraigado na cultura do livro) que, além de ser específico, responde pelo controle e pelo tratamento (enciclopédico) das informações que ali se reúnem. Nela se experimenta uma dinâmica própria do ciberespaço e da cibercultura que lhe dá vida. Como ela, há os chamados websites não estáticos, não estanques, websites dinâmicos e ciberneticamente vivos.

O livro virtual não é menos vivo, mas sua vida é menos circular e mais espiralada. Enquanto sistema cibernético, o livro virtual é mais precário, mas sua precariedade faz dele um lugar de resistência cibernética. Não se trata de resistência à cibernética, mas exatamente de resistência cibernética, pois enquanto lugar de resistência participa do fluxo informático (des)controlado do ciberespaço, mas alimenta e é alimentado por esse fluxo em função de algo que está meio fora dele e que funciona em sintonia com outros valores que não os já presentes no (ciber)sistema. Esse algo é um alguém. Este alguém é, justamente, fruto de uma longa conquista na história do livro: o autor, a pessoa única, sistema mais complexo, imprevisível e estranho do que se pode imaginar.

Este é o outro sentido de resistência há pouco sinalizado, a resistência do sujeito, da pessoa. Nos dois casos de lugares acima descritos, o livro virtual e os outros, a figura do autor está presente. O lugar dessa presença é que se altera em um e em outro lugar. Nos ciberlugares, o autor está dentro da caixa preta, isto é, ele é programador, ele define os caminhos de entrada, de tratamento e de saída da informação. Uma vez definida essa espécie de mapa cibernético, a “coisa” funciona por si: o site, o jogo, o dispositivo, enfim, o sistema assume controle e autonomia. No livro-lugar, ao contrário, o autor está fora da caixa preta, isto é, ele brinca com as possibilidades do que já se encontra pré-programado, assim como o escritor brinca com as possibilidades já contidas no programa constituído por alfabeto, língua e linguagem.

O livro virtual pode, portanto, ser feito por qualquer pessoa, com qualquer propósito, sem mistério a não ser o mistério próprio dos processos de criação genuinamente poética². Essa simplicidade é seu gesto (aero)geopolítico de resistência. O livro virtual só é potencialmente um livro porque precisa de um leitor que saiba lê-lo como livro e de um escritor que o escreva como livro, usando tecnologias de informação e de comunicação plenamente acessíveis. Ele já existe no presente como lugar de tecitura de sentidos intelectivos e poéticos. Basta que o vejamos.

2 Vide <http://livrolugar.blogspot.com>



Referências

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, 1 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

COSTA, Lucio. Arquitetura. 6ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MEDINA, Eden. Designing Freedom, Regulating a Nation: Socialist Cybernetics in Allende's Chile. *Journal of Latin American Studies*, n. 38, 2006. Disponível em: <<http://informatics.indiana.edu/edenm/EdenMedinaJLASAugust2006.pdf>>. Acesso em 20/03/2012.

NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: TRIOM, 1999.

SLOTERDIJK, Peter. Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

WIENER, Norbert. Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1968.

Minicurrículo

Ana Beatriz Barroso é doutora em Comunicação. Professora pesquisadora da Universidade de Brasília. Integra a linha de Educação em Artes Visuais do Programa de Pós-Graduação em Arte, PPG-Arte/UnB, com pesquisa sobre meios de educação em arte: livros virtuais, animações, vídeos, realizações didáticas, diversidade poética e acervo. É membro da Rede Centro-Oeste de ensino e pesquisa em arte, cultura e tecnologias, e da ANPAP.